



POLÍTICA E GESTÃO EDUCACIONAL: ANÁLISE A PARTIR DAS DETERMINAÇÕES DA SOCIEDADE CAPITALISTA.

Eixo-temático: **Política e gestão educacional**

Maria Elze dos Santos Plácido
[GEPEL/UFS]
[elzeplacido@hotmail.com]

Maria Gorete Bezerra de Araújo
[GEPEL/UFS]
[gorebezerra@gmail.com]

Solange Lacks
[NPDED-DED/UFS]
[solange_lacks@uol.com.br]

Josiane Cordeiro de Sousa Santos
[SEME-SE]
[josicordeiros@hotmail.com]

RESUMO: Parte-se do entendimento de que as políticas recentes de ciência implementadas no Brasil são fundamentadas em um conjunto de pressupostos formulados no contexto específico dos países desenvolvidos. A universidade no contexto do mundo globalizado parece perder muito de sua função social e como consequência a Ciência caminha em estreita sintonia com as relações de mercado. Diante deste pressuposto este artigo tem como objetivo analisar de forma reflexiva a realidade das universidades públicas no Brasil e seus reflexos no campo científico a partir da sociedade capitalista. Para a construção analítica deste texto serviram de aporte teórico os estudos de Saviani (2008); Kopnin (1972); Sobral, (1986), dentre outros. Trata-se de um estudo estruturado metodologicamente no materialismo histórico dialético. Conclui-se, que as políticas voltadas para a Ciência implantadas no Brasil são fundamentadas em pressupostos específicos dos países desenvolvidos e concebidas para uma realidade distinta daquela que se pretende modificar. Diante da realidade aqui apresentada observa-se que a produção globalizada de bens, justificada pela incessante competição que associa qualidade e lucro, convive com a brutal exclusão social e desemprego especialmente nos países do terceiro mundo, ou periféricos rotulados como emergentes. É notório, que o propósito da lógica do capital implique em transformações na sociedade globalizada provocando consequentemente importantes impactos sobre a condução das políticas voltada para a ciência – tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos.

Palavras-chave: Educação - Ciência – Universidade

1. INTRODUÇÃO



Neste artigo analisa-se como se constitui a Ciência, e a Universidade na realidade brasileira a partir do contexto sócio, político e econômico do projeto capitalista.

Portanto entende-se que a ciência se configura como um processo através do qual o homem entende e explica a natureza, formula princípios, estabelece leis e discrimina racionalmente o que pode ser validado através de uma lógica empírica. Dessa maneira, a ação do homem sobre a natureza será norteada por seu embasamento cosmovisionário, isto é, sua concepção de homem, de educação e de realidade, implícita na produção do conhecimento ligado as diferentes formas de ver, focalizar e investigar o concreto, a realidade¹.

Concomitantemente criada pelos homens para a sistematização e desenvolvimento do conhecimento, a ciência em sua trajetória histórica desliga-se do seio da filosofia, assumindo ramificações, gerando avanços em muitas áreas do conhecimento e, rompendo algumas vezes com o velho, enfatiza o novo, e outras vezes aprimorando o conhecimento historicamente produzido, busca aperfeiçoar o próprio novo. É notório que esta dinâmica científica, como demonstra a própria história, gera crises na confluência entre o trabalho material e o não-material² e, ao mesmo tempo, crises em sua identidade e finalidade.³

Portanto, a ciência é uma categoria que solicita uma breve incursão histórica sobre o seu processo aproximativo do ponto de vista cultural, político, social e econômico. Estes pontos estão implicitamente relacionados, não sendo necessário destacar em “a partes” cada um, uma vez que serão detectados no conjunto da explicitação da categoria em estudo. O desdobramento desta categoria está orientado por uma revisão de literatura especializada na

¹A realidade é um todo estruturado que se desenvolve e se produz, o conhecimento dos fatos, ou do conjunto de acontecimentos da realidade, vem a ser o lugar que ocupam na totalidade desta realidade [...] se a realidade – no pensamento dialético – é um conhecimento da realidade, consiste não na adição sistemática de uns fatos a outros e de uns conceitos a outros senão num processo de concreção, que precede do todo às partes e das partes ao todo. (KOSIK, 1989, p.42 apud GAMBOA, 2008).

²[...] quando nós distinguimos a produção material, de um lado, e a produção não-material, de outro, esta distinção está sendo feita sob o aspecto do produto, da finalidade, do resultado. Quando nós falamos que a educação é uma produção não-material, isto significa que a atividade que a constitui se dirige a resultados que não são materiais, diferentemente da produção material, que é uma ação que se desenvolve e se dirige a resultados materiais. É nesse sentido que está posta a distinção (SAVIANI (2003, p.106)

³A finalidade da ciência é descobrir e estudar as leis segundo as quais se apresentam os fenômenos. Para isso deve a ciência descrever e determinar antes de tudo os fenômenos que se propõe estudar. A ciência deve, portanto, buscar as causas dos fenômenos dados e, com isso, também as relações entre aquelas e estes. Aquecendo a água até certo grau, obtemos vapor. Temos aqui dois fenômenos; um consequência do outro. Existe, portanto, entre eles uma relação constante. Constatada essa relação entre os dois fenômenos, obtemos uma lei empírica. O conjunto das leis forma a ciência. A finalidade de cada ciência é encontrar a relação constante entre determinados fenômenos, para a previsão dos mesmos, porque saber quer dizer prever e só poderemos prever conhecendo as relações constantes entre os fenômenos, — as leis (causas e efeitos). (TCHESKISS, 1934, introdução.)



área da política científica articulada à área do ensino superior, uma vez que há uma intrínseca correlação histórica entre a universidade e empresa como produtoras de conhecimento.

Destarte cabe ressaltar que desde o início do século passado, a forma de organização do capitalismo valeu-se da ciência & tecnologia. O taylorismo (tarefa simples e repetidas), o fordismo (linha de montagem), o fordismo-keinesiano (intervenção do estado na economia). A globalização ou mundialização da economia capitalista (desregulamentação, ajustes estruturais, reformas, abertura da economia nacional) o toyotismo ou acumulação flexível (organização da produção flexível de acordo com a demanda) representam, no âmbito da organização do trabalho, o emprego de tecnologias que assumem o caráter de força produtiva, porque alteram significativamente o processo de trabalho e as relações entre capital e trabalho.

A tendência dos cientistas à fragmentação reflete a própria tendência à fragmentação da produção para o crescimento desordenado da divisão social capitalista do trabalho. A sonegação do conhecimento científico – métodos – e a destruição da base de produção de Ciência, que é educacional, evidenciam os interesses de classes inconciliáveis. Isso não significa a emancipação da ciência da filosofia, mas, sua colocação a serviço da pior das filosofias, sua submissão às ideias dominantes de uma época. Sob o capitalismo, essa contradição determina o vigor do conhecimento científico. (SILVA, 1997, p. 52)

Segundo Silva (1997), a ciência articulada à educação se torna um processo histórico que está vinculado ao desenvolvimento da força de trabalho. A sonegação/negação do conhecimento científico – seus métodos e produtos, sob o financiamento do Estado – e a fragilidade da Universidade Pública (base do melhor Sistema de Ciência & Tecnologia da América Latina) denunciam esses interesses de manutenção da exploração máxima.

Silva (1997) aponta que é possível afirmar que a ciência tornou-se o eixo da cultura contemporânea. Como impulsionadora dos avanços tecnológicos passou a controlar mesmo que indiretamente, a economia dos países, especialmente a dos países desenvolvidos. Uma compreensão adequada das sociedades contemporâneas, leva, portanto, à procura do entendimento dos mecanismos da produção científica.

Portanto a ciência provoca esperança e preocupação. Transformando-se em força produtiva imediata, sem a qual fica quase impossível solucionar quaisquer problemas nas esferas social, econômica ou cultural, os resultados dos avanços científicos e tecnológicos,



por força da contradição do desenvolvimento da sociedade em que há antagonismo de classe, geram não apenas benefícios para a humanidade, mas também problemas.

[...] Ninguém duvida de que a ciência é capaz de servir ao homem, mas, ao mesmo tempo, de que é um fato o uso de seus resultados em detrimento da humanidade. Daí um grande problema social: orientar a revolução técnico-científica em benefício do desenvolvimento da civilização, aprender a dirigir o movimento do pensamento científico segundo os interesses do homem.[...] Quando apreendemos os resultados da revolução técnico-científica surge uma série de questões mais particulares[...] relacionadas com a organização de pesquisas científicas e a previsão do desenvolvimento de processos sociais e da própria ciência, etc. Por esse motivo, a ciência tornou-se objeto de atenta análise científica [...] (KOPNIN, p. 19-20).

Vale enfatizar, que os bens materiais, produzidos pela ciência, não se estendem a todos os homens. Essas questões deram origem ao controverso debate em torno da ciência.⁴

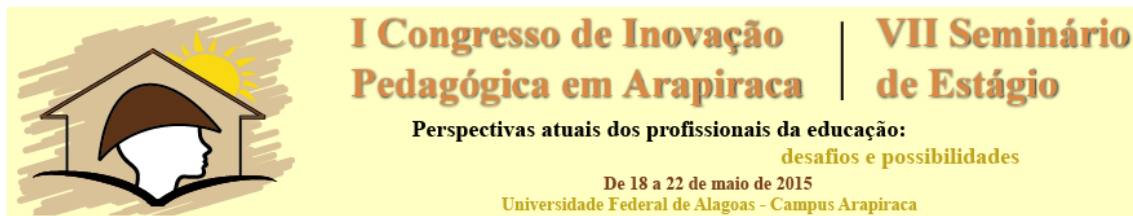
Concomitantemente no contexto do propalado desenvolvimento científico do mundo atual, é necessário ter presente que os diferentes ramos da ciência encontram-se em níveis de desenvolvimento ou maturidade epistemológica diferenciados. Resultando daí, que as questões que levantam em relação à ciência não são forçosamente as mesmas visto que os problemas existentes na educação e especificamente em cada área do conhecimento científico apresentam suas especificidades, condicionadas, especialmente, por determinações histórico-sociais.

2. DESENVOLVIMENTO:

A SOCIEDADE CAPITALISTA E SUAS IMPLICAÇÕES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS E SEU REFLEXO NA CIÊNCIA.

As universidades públicas brasileiras, apesar de sua essencialidade para o desenvolvimento do país, através da educação, ciência e tecnologia, não precisam estar vinculadas às necessidades imediatas do sistema produtivo pela atividade científica. Pelo contrário, deve reconhecer que a produção do conhecimento não acontece no campo da neutralidade. Mas, a apropriação do saber produzido por essa instituição pode atender, de um

⁴Ver a respeito à discussão desenvolvida por KOPNIN, P. V. sobre a “consciência da ciência”, em: Fundamentos lógicos da ciência, 1972, p. 5-37).



lado, às forças políticas atuantes fora dela, de modo organizado e, de outro, à correlação de poder que essas forças estabelecem no jogo político nacional, estadual e local.

Na esfera da dominação política o conhecimento se constrói justamente pela prioridade de investimentos em determinadas áreas, ocultando os interesses de internacionalização da economia, típicos do nosso modelo capitalista. O Brasil precisa estar atento aos registros sobre os instrumentos formuladores da política de apoio financeiro à educação e a Ciência & Tecnologia, que são explicitados sob as diferentes formas de programação orçamentária e propostas, quase sempre a reboque de problemas como corte de verbas, fracionamento e atraso na liberação de cotas e, mesmo, calotes financeiros por parte das fontes que injetam recursos nas agências e fundações de amparo “sem amparo”⁵.

Segundo Silva (1997), não obstante o surgimento dessas agências financeiras ter sido tentativas de construir uma autônoma de fomento, ressentem-se da falta de autonomia, pois, a maioria delas depende das dotações orçamentárias e financeiras de poder público que impellido por um modelo de Estado cada vez mais refém das políticas internacionais, reduz o financiamento em educação, ciência e tecnologia, fortalecendo a política de dependência dos países que controlam econômica e cientificamente os países subdesenvolvidos.

Analisando ainda o pensamento de Sobral (1986), no campo ideológico do conhecimento, parte-se do pressuposto de que os elementos conceituais que participam da dimensão epistemológica são subjacentes à prática da pesquisa, portanto, dependendo das concepções de ciência e seus objetivos aponta o fundamento da lógica forma que o conhecimento é produzido, reproduzido, legitimado e desconstruído no interior da dimensão ideológica da prática social científica.

Silva (1997) aponta também, que a ideologia⁶ é, principalmente, e antes de tudo, a expressão das relações sociais, particularmente das relações de produção. A ideologia é algo imposto desde fora pelos que possuem os meios de produção ou qualquer interpretação desse estilo. A educação, infelizmente, é um campo privilegiado para esse tipo de interpretação. As

⁵Essas agências financeiras são, em âmbito nacional, o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq; a Coordenadoria de Apoio a Pesquisa – CAPES; e a Financiadora de estudos e Pesquisas – FINEP. No âmbito dos estados federativos encontramos referências explícitas à FAPESP em São Paulo; FPERJ no Rio de Janeiro; FAPEMIG em Minas gerais; FAPERGS no Rio Grande do Sul; FUNCAP no Ceará; FACEP em Pernambuco; FAPA no Paraná; FPEB na Bahia; FAPEPI no Piauí; FAPERO em Rondônia; FADESP no Pará; FAP-DF em Brasília

⁶ “A ideologia prática que se realiza na escola deve ser sublinhada e priorizada pela análise frente às ideologias teóricas que se transmitem nela. É em grande medida, através da ideologia prática que a escola consegue assegurar as condições para a acumulação continuada de capital e a reprodução das relações de classes capitalistas”. (ENQUITA, 1993, p.251).



vertentes do conhecimento científico são autênticos modelos e possibilidade de construção e produção do conhecimento, mas essencialmente, representam a luta acadêmica no contexto mais amplo da sociedade.

Sobral (1986) reforça ainda que a ciência constitui a base da pesquisa científica, lembrando que das descobertas da mesma, em nível de ciência básica e/ou aplicada⁷, podem ser elaborados os instrumentais para os processos produtivos inovadores e contribuições que viabilizam a melhoria da vida das pessoas, além de processos produtivos em diversos campos do conhecimento humano.

Assim, a pesquisa científica como construção humana em determinado tempo e espaço histórico vai possibilitando o intercruzamento de olhares sobre o real, adaptando, transformando e (re)criando-o por meio do trabalho, ao mesmo tempo em que concebe o homem como sujeito em processo de possibilidades, mas imortalizado por construções que permanecem para além de sua própria dimensão têmporo-espacial. Analisa suas considerações, modificações, adição, subtração ou ruptura de conhecimentos que evocam esta necessidade, na convergência de que o homem movimenta a história e movimenta-se com a história.

Frente a essas ponderações, as discussões deste capítulo, parte da compreensão de que, na atual conjuntura de reestruturação produtiva mundial, há uma forte relação entre, por um lado, capacidade de produzir (novos) conhecimentos e, por outro lado, poder político e econômico. Dentro dessa lógica procura-se entender em que medida e sob que condições sociedades periféricas, sem a tradição cultural e os recursos de pesquisa existentes nos países centrais, terão condições de romper o círculo que as mantém periféricas com relação aos centros dinamizadores do conhecimento científico, bem como suas condições para responder a demandas sociais articuladas a Ciência, pois as perspectivas históricas acerca da ciência permitem afirmar que as condições do avanço científico resultam da articulação de necessidades sociais (expressas como interesses) que, através da definição das políticas científicas, orientam a produção, e a difusão do conhecimento.

⁷ A ciência ou pesquisa básica seria o processo de apropriação teórica da natureza, tendo como objetivo a produção do conhecimento. A ciência aplicada seria o processo de apropriação material da natureza com o objetivo de aplicação conhecimento. Dessa forma, o objetivo primordial da ciência básica é o progresso do conhecimento científico, enquanto que o da ciência aplicada é a utilização desse conhecimento pela sociedade e o da tecnologia é a sua transformação em mercadoria. (SOBRAL, 1986, p. 291).



Portanto, as diferentes forças em jogo em cada sociedade e a cada momento irão determinar os interesses prevalecentes na condução do processo científico. Levando em conta que por trás das prioridades da pesquisa, ocultam-se os interesses de universalização da economia, típicos do nosso modelo capitalista.

Diante desta realidade, Figueiredo, (1989), indaga-se sobre qual a eficácia das suas atuais políticas científicas como instrumentos de desenvolvimento econômico e social, dado a realidade internacional globalizada.

Respondendo a esta indagação, Brito (2008) em seus estudos frisa que a crise da economia mundial e a opção neoliberal têm levado a alterações na dinâmica das ações do estado e de suas políticas. O conjunto de ações dirigidas a auxiliar a reestruturação produtiva, tem sido acompanhado por desemprego crescente, legislação anti-sindical, corte de gastos sociais e programas de privatização, entretanto, há diversas variantes de aplicação das novas estratégias de acumulação, dependendo da situação histórica concreta de cada sociedade.

Dentro deste contexto, as sociedades periféricas como o Brasil, caracterizadas por forte dependência da inovação científica e tecnológica dos países do Norte, deparam-se com sérias dificuldades relacionadas à reestruturação produtiva e de globalização da economia, enquanto que nos países centrais o novo regime de acumulação apoia-se em forte base na Ciência (que pressupõe capacidade relativamente autônoma de geração de conhecimento). Diante desta evidência Sobral, (1986) confirma que,

[...] A inserção do Brasil no modo de produção capitalista de uma forma periférica faz com que a classe capitalista internacional detenha a hegemonia no poder e, associada à burguesia nacional tenha uma influência decisiva na produção científica do nosso país.

Consequentemente, a forma específica assumida pelo processo de acumulação dos países latino americanos, caracterizados, em geral, por um desenvolvimento excludente (crescimento econômico com concentração de renda e exclusão das massas populacionais do mercado e das decisões políticas) traduziu-se, historicamente, em dependência econômica e científica. Tal dependência tende a agravar a situação desses países relativamente ao contexto internacional que apresenta mercados competitivos e economia baseada em conhecimento intensivo (FERNANDES, 1994)



Nesse contexto, a significativa e continuada redução de gastos públicos na área Científica no Brasil, desde o início da década de 80, inibiu tanto à consolidação do setor científico quanto o uso de seus serviços pela indústria e pela sociedade brasileira, refletindo-se na rede de ensino universitário, nos laboratórios de pesquisa e nos salários do pessoal técnico. A infraestrutura de pesquisa ainda em processo de formação não chegou a consolidar-se e já se iniciava o movimento inverso, rumo ao sucateamento e à desagregação.

Na metade dos anos 80 criou-se o Ministério da C&T que segundo Baumgart (2010) esse Ministério ao invés de promover a articulação do setor, encaminhou um processo de especialização com base na ideia de nichos tecnológicos, perdendo de vista a dimensão global da ciência e excluindo de sua agenda uma série de questões científicas específicas da realidade brasileira ligadas à área de saúde, educação, ao setor agrário e à habitação, entre outras. O que prevaleceu, em termos de política efetiva, foi à ênfase no mercado concorrencial, apesar do discurso acerca do caráter político e social da ciência.

Seguindo a lógica do pensamento da autora acima explicitado, observa-se que a partir de 1989-1990, foram criadas ou reativadas diversas fundações estaduais de amparo à pesquisa ou fundos de ciência e tecnologia, que passaram a gerir recursos específicos para o setor científico contemplados nas novas constituições estaduais.

Em tese, isso propiciaria o surgimento de condições para o desenvolvimento de pesquisas ligadas às necessidades regionais, através da ativação ou reativação de institutos de pesquisa das administrações estaduais, que poderiam atuar com apoio das universidades locais.

No entanto, os recursos destinados pelas constituições estaduais (que estabeleceram percentuais de 0,5% a 2% dos orçamentos ou das receitas líquidas dos estados) raras vezes foram efetivamente liberados para ciência e pelos governos estaduais. Em muitas unidades da federação nem sequer foi votada a lei que regulamentava o artigo da destinação de recursos. Em outros casos, problemas de arrecadação e dívidas dos estados foram utilizados como pretexto para deixar de efetuar os repasses, estabelecendo-se uma disputa permanente entre as prioridades da área fazendária (em geral detentora de poder considerável nas diversas equipes de governo) e as prioridades definidas pelas áreas sociais e pelos órgãos ligados à C&T. (BRITO, 2008, p.35).



Em resumo, nota-se que a condução do setor científico e tecnológico nas décadas de 70 e 80, no Brasil, encaminhou-se no sentido de reforçar o distanciamento entre a pesquisa básica e a pesquisa tecnológica⁸, mantendo as coletividades científicas acadêmicas distanciadas das demandas sociais e do setor produtivo. Portanto, a fragilização crescente da universidade tem se traduzido em crise do ensino e pesquisa produzidos nas instituições públicas, com sérias consequências para a produção de pesquisa básica, de grande relevância, em longo prazo, para a redução da dependência científica brasileira.

Consequentemente, as dificuldades de estruturação do campo científico, sua tênue vinculação com o setor produtivo e a baixa relação estabelecida entre ciência e qualidade de vida da população, resultando em demandas restritas por parte da sociedade, têm levado os pesquisadores a um relativo isolamento que se traduz em dificuldade de perceber a prática científica como prática social e na exaltação da autonomia da ciência que se articula à apologia da livre concorrência e da igualdade de oportunidades entre os cientistas, que competiriam de acordo com seus méritos, com a consequente negação ao estabelecimento de prioridades externas aos interesses das próprias coletividades científicas.

Portanto as mudanças substantivas sofridas pelas universidades nas últimas décadas expressam um movimento dialético que envolve os aspectos tanto internos quanto externos dessas instituições situando-as não somente no contexto nacional, mas no âmbito da internacionalização da educação superior. Ao mesmo tempo, ganha expressão a perspectiva de que a sociedade e a economia devem estar assentadas no conhecimento como estratégia de competitividade, tanto no cenário local quanto no internacional. Nesse referencial, a existência da universidade em si mesma não bastaria mais como fator da sua legitimação social, diante da constatação de que “a forma como hoje é discutido o papel do ensino superior tem sido significativamente influenciada por considerações econômicas” (Teixeira, 2009, p. 9), na medida em que a ciência e a educação superior passaram a ser consideradas como fatores de produção e “parte integrante da economia, mercadorias, em países centrais e periféricos.” (Sguissardi, 2006, p. 1035).

Brito (2008) aponta que o período de campanha do ex-presidente Luiz Inácio da Silva, foi marcado por muitos clamores da sociedade científica, que apontavam para a necessidade

⁸ A “Pesquisa Tecnológica” também denominada de “desenvolvimento” busca adaptar os produtos em processo de produção ou no mercado, tornando possível a sua existência comercial. (SOBRAL, 1986, p. 292)



de maiores investimentos nas IFES, para a recuperação das agências financiadoras e para a retirada do projeto de Lei de Inovação Tecnológica. Este último havia sido apresentado no apagar das luzes do governo FHC, em regime de urgência, e apresentava elementos que aprofundariam o processo de enfraquecimento das IES públicas.

O programa de Lula, apresentado durante a campanha, contemplava a quase totalidade destas reivindicações e mostrava uma enorme sensibilidade diante do diagnóstico e da situação delicada da Ciência no país. Entre outras coisas, indicava a disposição de atacar o problema da falta de investimentos e admitia a necessidade de direcionar recursos imediatamente ao setor, que foi considerado fundamental para o destino soberano da nação. Neste programa estava proposto dobrar o investimento em C&T, aumentar o número de bolsas de pós-graduação e aumentar consideravelmente os investimentos nas IFES, para que estas pudessem ser minimamente recuperadas após o sucateamento dos anos FHC.

Ao contrário dos compromissos assumidos na campanha e durante a transição, verifica-se que não houve aumento substancial de investimentos, não houve descontingenciamento dos recursos da educação e da Ciência, não houve a derrubada dos vetos do PNE, não houve aumento no financiamento das IFES, não foram removidas as leis e projetos que representavam entraves autoritários ao exercício pleno da autonomia e da democracia nas IES públicas, não houve implementação do Plano de Capacitação Docente, e a gratificação GED, dos docentes da IFES, não foi extinta. Apesar de algumas mudanças ocorrerem, como o reajuste de 18% no valor das bolsas de pós-graduação (após nove anos de congelamento), a implementação do Plano de Capacitação dos Técnicos-Administrativos e um aumento de 1.000 bolsas novas do CNPq para 2005. Mas vale lembrar que são cerca de 2.000 programas de PG, o que significaria, em média, menos de 01 bolsa nova por programa. Portanto, estes investimentos foram insuficientes para a demanda reprimida do sistema. (FERNANDES, 1994)

Uma das maiores surpresas, no entanto, ocorreu no segundo semestre de 2004, com a aprovação da, agora revigorada, Lei de Inovação Tecnológica, o projeto foi reformulado para atender as demandas do setor privado, que vê na lei uma possibilidade de utilizar recursos públicos de forma livre e sem o controle do Estado. Uma parceria público-privada muito bem formulada e entrando nas IES públicas de forma explícita.



Tal projeto, base de sustentação ideológica do capitalismo, redefine a cidadania e o cidadão, transformando-o em mero consumidor, ao mesmo tempo em que redefine a educação como mercadoria, sucateando as universidades públicas e fazendo prevalecer à ideia de que vivemos em uma sociedade justa e de iguais, sem contradição, autorregulada por um mercado supostamente livre e autônomo.

Diante do exposto nesses governos, as instituições de pesquisa no país só poderiam apresentar real modificação se houver alterações na política econômica que permita uma mudança de paradigma. É necessário aumentar drasticamente o aporte de recursos para recuperar e ampliar as capacidades instaladas (universidades e institutos de pesquisa,) e para a melhoria das condições de trabalho e dos recursos humanos altamente qualificados (salários, equipamentos, planos de carreira).

Destarte o atual governo, da presidenta Dilma,⁹(2013)¹⁰ foi iniciado reafirmando a continuidade do programa de expansão da educação superior do governo Lula mediante o anúncio da construção de quatro novas universidades federais¹¹, da criação de quarenta e sete novos *campi* universitários e de duzentos e oito novos IFS. A expansão da educação superior na ótica desse governo tem por objetivo: expandir e interiorizar os institutos e universidades federais, principalmente nos municípios populosos com baixa receita *per capita*; promover a formação de profissionais para o desenvolvimento regional, bem como estimular a permanência desses profissionais no interior do país; potencializar a função e o engajamento dos institutos e universidades como expressão das políticas do governo na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais (BRASIL, 2011a).

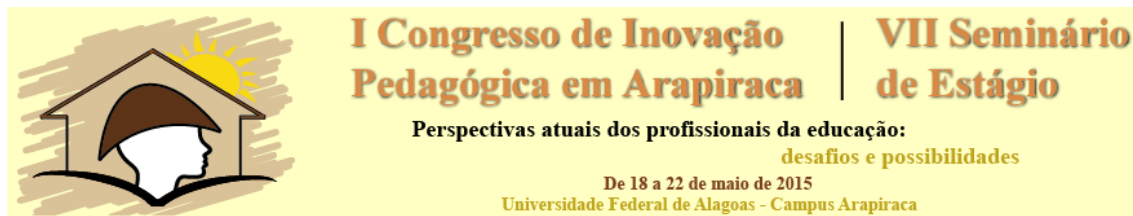
Em relação à Ciência, foi implantado em 2011 o programa “Ciência Sem Fronteiras”, que visa estimular a mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores mediante a concessão de bolsas para as áreas consideradas prioritárias/estratégicas em universidades estrangeiras¹². De acordo com o governo, essa política permitirá:

⁹ Dilma Rousseff foi Ministra-Chefe da Casa Civil do governo Lula da Silva no período 2005-2010.

¹⁰ O mandato de Dilma Rousseff, enquanto presidenta da República, se encerra em 2014.

¹¹ São elas: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Universidade Federal da Região do Cariri – Ceará; Universidade Federal do Oeste da Bahia e Universidade Federal do Sul da Bahia.

¹² São consideradas áreas prioritárias: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e tecnologias da informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Tecnologia Nuclear; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Tecnologias de transição para a



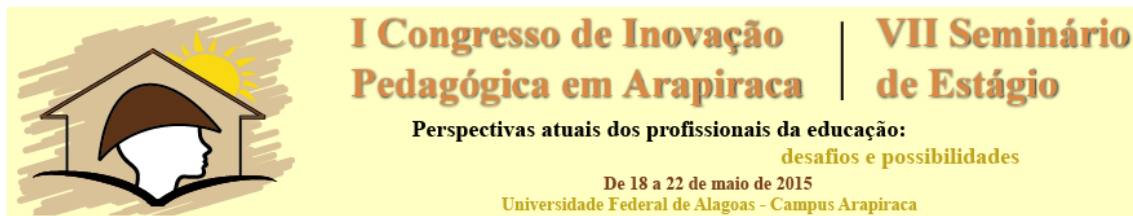
[...] Avançar ciência, tecnologia, inovação e competitividade industrial através da expansão da mobilidade internacional; Aumentar a presença de estudantes e pesquisadores brasileiros em instituições de excelência no exterior; Promover maior internacionalização das universidades brasileiras; Aumentar o conhecimento inovador do pessoal das indústrias brasileiras; Atrair jovens talentos e pesquisadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil. (BRASIL, 2011b).

No governo Dilma, verifica-se o anúncio de um novo ciclo de expansão de universidades mediante a formatação de campus temáticos e multicampus, da defesa de parâmetros internacionais de comparação de qualidade, do financiamento baseado na eficiência e da presença das grandes universidades. Tais fatores implicam nova configuração, organização e gestão dessas instituições.

Portanto os governos de Lula e Dilma optaram como referencial para as reformas sociais propostas e em curso, pela política de estabilidade com crescimento da economia do país. Porém, é interessante observar que o discurso da política para equidade iniciou-se no governo de FHC e ganhou projeção no governo de Lula, ao ampliar as áreas de atuação das políticas sociais. O governo Dilma até o momento segue a mesma direção. Ganha espaço o discurso da sustentabilidade da economia em detrimento da redistribuição de renda.

Analisando a lógica acima apresentada, entende-se, que a política econômica não pode ser a única condutora dos destinos da nação. Os investimentos nas áreas sociais têm que acompanhar a capacidade produtiva do país, e um país livre e soberano só será possível se tiver articulação entre educação e pesquisa científica de qualidade, ao mesmo tempo vinculadas aos interesses da nação. Acreditamos que as autoridades governamentais sabem muito bem disso e, cedo ou tarde, se depararão com as consequências de atitudes inconsequentes.

Como foi percebido verifica-se, que as políticas de estado brasileiro vêm assumindo um direcionamento que compromete a ampliação de possibilidades científicas e reforça os problemas já existentes de desigual distribuição de recursos e infraestrutura de pesquisa entre as diferentes unidades da federação.



De acordo com o que foi até o momento abordado, fica claro que o conhecimento neste novo período tem priorizado a dimensão científica, em estreita sintonia com as relações de mercado. O saber e o conhecimento, no mundo globalizado, parecem perder muito de sua função de busca de sentido para a vida, o destino humano e a sociedade, para tornar-se "produto comercial de circulação".

Indubitavelmente, a sociedade globalizada que prioriza o econômico e os interesses comerciais, contribui, além disso, para o estreitamento da esfera pública, e coloca em crise o tradicional papel do Estado. A esfera pública, ao se privatizar, coloca em evidência um novo "modelo de cidadania" que não se nutre mais dos valores coletivos e, conseqüentemente, constata-se a emergência de uma nova ética, na qual se valoriza, não mais o humano, mas o que atende aos interesses do mundo econômico.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Diante da realidade aqui apresentada observa-se que a produção globalizada de bens, justificada pela incessante competição que associa qualidade e lucro, convive com a brutal exclusão social e desemprego especialmente nos países do terceiro mundo, ou periféricos rotulados como emergentes.

Para Villaverde (1999), esta situação acarreta aos países latinos - americanos, particularmente o Brasil que vivem inseridos numa realidade de crise das mais graves, sem precedentes na história. Porque o modelo econômico vigente nestes países promoveu de forma brutal, a entrega de setores estratégicos e dinâmicos de suas economias para grupos estrangeiros privilegiou políticas que beneficiaram monopólios internacionais em detrimento das potencialidades e as possibilidades objetivas de desenvolvimento dos tecidos produtivos locais mostrando-se absolutamente insensível e indiferente.

Este movimento aprofunda, e por decorrência, também cria dependência científica. Os países centrais, por sua vez, vêm à periferia sem dispor de conhecimento organizado. Portanto, os países centrais buscam dominar a periferia pela capacidade de atração por meio de ideias ou lógicas, levando a imposição de um modelo que poderia ser denominado de colonialismo científico.



É notório, que o propósito da lógica do capital implique em transformações na sociedade globalizada provocando conseqüentemente importantes impactos sobre a condução das políticas voltada para a ciência – tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos. No caso brasileiro, como foi visto, nota-se que a tentativa de implementação de políticas de cunho neoliberal nesse campo acabou por criar um modelo de condução de políticas apoiadas na prática da “não-tomada de decisão”. Com isso, algumas questões centrais deixam de ser incluídas na discussão política devido à imposição de interesses de um determinado grupo de indivíduos, possibilitada pelas relações de poder existentes (DAGNINO, 2002), pois sabe-se que as políticas recentes de ciência implementadas no Brasil são fundamentadas em um conjunto de pressupostos formulados no contexto específico dos países desenvolvidos. Assim, as ideias que orientam a política científica brasileira foram concebidas para uma realidade completamente distinta daquela que se pretende modificar.

4. REFERÊNCIAS:

BITTAR, M. **Gestão e políticas de educação**. Rio de Janeiro: DP&A 2007.

BRITO, C. H. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o Desafio da Interação**. Londrina: IAPAR, 2008.

BRANDÃO, Zaia. (Org.) **A Crise dos Paradigmas e a Educação** – Coleção Questões da Nossa Época, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CHESNAIS, F. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAGNINO, R. et al . **Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para Análise e Implementação**. Taubaté: Cabral Universitária. 2002.

FERNANDES, Ana Maria. **Porque não avaliar o sistema de ciência e tecnologia?** In: FERNANDES, A. M. e SOBRAL, F. A. de F. (Orgs.) **Colapso da ciência & tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GAMBOA, S. S. **Epistemologia da Pesquisa em Educação (Tese)** Campinas , SP. 1998

_____. **Fundamentos de la investigación Educativa**. Bogotá, Cooperativa del Magistério, 1998.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2008.



_____. A condição pós-moderna, São Paulo: Loyola, 1992

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7ª Edição, 2002.

KOPNIN, P. V. **A Dialética como lógica e teoria do conhecimento**. – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas SP; Autores Associados, 2003.

SILVA, R. V. DE S. e. Tese: Pesquisa em Educação Física: determinações históricas e implicações epistemológicas. Campinas, SP. 1997.

SOBRAL, F. A F. **A produção e a apropriação social da pesquisa científica e tecnológica – uma discussão no capitalismo dependente**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, p. 287 – 305 maio/agosto, 1986.

SOBRAL, F. A. F. & TRIGUEIRO, M. G. S. Limites e potencialidades da base técnico-científica. In: FERNANDES, A. M. e SOBRAL, F. A. de F. (Orgs) **Colapso da ciência & tecnologia no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

VILLAVERDE, Adão. **Por uma Política de Ciência e Tecnologia para o País**. Univ. soc., Brasil